

PLANO AÇÃO DA JUSTIÇA MILITAR RIO GRANDE DO SUL

DATA PREVISTA: 31 Dezembro 2021

DATA REALIZADA: 31 Dezembro 2021

RESPONSÁVEL: Jose Carlos Albino Coordenador do NGE

OBJETIVO: Meta 9 de 2020 – Integrar a Agenda 2030 do Poder Judiciário

5W					2H	
What (o quê)? O que será feito? <i>Nome da Ação</i>	Why (por quê)? Por que será feito? <i>Objetivos</i>	Where (onde)? Onde será feito? <i>Unidade Judiciária</i>	When (quando)? Quando será feito? <i>Cronograma</i>	Who (quem)? Por quem será feito? <i>Responsável</i>	How (como)? Como será feito? <i>Metodologia, maneira que pretende alcançar os objetivos</i>	How Much (quanto custa)? <i>Recursos Custos e quantidade</i>
Diminuir a incidência dos Nulidade de Atos Administrativos de Porocessos Disciplinares na Brigada Militar e Corpo de Bombeiros/RS através da celeridade de seus julgamentos Judiciais.	Esta ODS visa, através das decisões judiciais no 1º e 2º Graus da JME, orientar os administradores das corporações militares do Rio Grande do Sul a proferirem decisões disciplinares administrativas corretas e observando os principios do devido processo legal e da ampla defesa.	Nos Julgamentos do Tribunal do Pleno e do 1º Grau da Justiça Militar do RS das ações ordinárias e apelações Cives que ingressaram em juzo em razão da possibilidade de anulação por ilegalidade e inobservância do devido processo legal e da ampla defesa nos Processos Administrativos disciplinares	Por ocasião dos Julgamentos e ao longo do ano de 2020 e 2021	Pelos Desembargadores Militares e Juizes de 1º Grau, sendo indicador acompanhado pelo Nucleo de Gestão Estratégico do TJM/RS	1) Realizar o levantamento do Acervo de 31 Dezembro de 2019 das ações Cives relativo a processo disciplinares no 1 e 2º Grau do TJM/RS 2) Acompanhamento da Meta 1 Nacional do TJM/RS relativo as ações cives que deriverem de processos administrativos Disciplinares no ano de 2020 e 2021. 3) Remessa as Corporações de extrato dos Julgamentos com estatísticas que revelem as principais causas de nulidade dos processos disciplinares	Zero, o projeto dessa meta utiliza os recursos humanos e materias já existentes na Justiça Militar do RS.